

OS VÁRIOS PARANÁS: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho*

Rosa Moura**
Diócles Libardi**
Sandra Terezinha da Silva**
Maria Isabel Barion**

A pesquisa em desenvolvimento no Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos do IPARDES apresenta seus primeiros resultados nas publicações: *Os Vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional* (IPARDES, 2005, 223p., mapas e tabelas anexos); *Os Vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional* (IPARDES, 2006, 90p.); *Os Vários Paranás: linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional: subsídios à política de desenvolvimento regional* (IPARDES, 2006, 42p.).

Os resultados apontam para um território diverso, concentrado e desigual, compondo espacialidades com certo grau de homogeneidade em seu interior – relevantes, sob o ponto de vista socioeconômico e institucional, ou socialmente críticas, pela carência e deficiência expressas em indicadores sociais –, cuja integração resulta da história e sustenta a dinâmica do território como um todo. Ao captar a diversidade e caracterizar as várias espacialidades, fornecem subsídios à formulação de uma política de desenvolvimento regional para o Estado.

Essa configuração espacial heterogênea não é específica do Paraná, mas decorrente da natureza do modo de produção vigente: concentrador, seletivo e excludente. A dinâmica engendradora por esse modelo adentra o Paraná, que se insere na divisão social do trabalho especialmente a partir de seu potencial em recursos naturais. Ao longo do tempo, o Estado consolidou seu papel centrado na exploração desses recursos e na agroindustrialização e, mais recentemente, na incorporação de segmentos modernos e internacionalizados da indústria. A integração do Paraná à dinâmica da economia do Brasil e, com este, à do mundo, dá-se heterogeneamente, tornando diferentemente

*Esta pesquisa contou com a coordenação técnico-metodológica de Carlos Antônio Brandão, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Além dos autores desta nota, participaram dessa pesquisa os técnicos do IPARDES: Nelson Ari Cardoso, Fernando Raphael Ferro de Lima e o acadêmico de economia Ricardo Kingo Ingo.

**Pesquisadores do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos do IPARDES.

integradas as partes de seu território. A heterogeneidade percebida resulta do movimento do capital no espaço, buscando mercados, selecionando localizações, excluindo segmentos ou municípios, enfim, organizando, a seu modo, a distribuição da atividade econômica, diversificando, especializando, e até mesmo relegando.

Para a compreensão e identificação das diversas espacialidades presentes no Paraná, a pesquisa tomou como fio condutor a divisão social do trabalho, categoria capaz de mediar o entendimento entre o processo de desenvolvimento em geral e o desenvolvimento específico de uma economia e sociedade particulares. As distintas espacialidades respondem por diferentes papéis na divisão social do trabalho, tanto externa quanto internamente ao Estado. São notórios os espaços de mando e os espaços de obediência, conforme noção de Milton Santos, assim como as relações sinérgicas a partir dos principais centros urbanos e das porções fronteiriças.

Espacialmente, as situações percorrem um amplo espectro, abarcando desde grandes conjuntos de municípios, conjuntos mais dispersos, e indivíduos (aqui, referindo-se a municípios) que se caracterizam pela concentração e relevância no desempenho de atividades diversificadas ou especializadas, com forte possibilidade de geração de riqueza, até conjuntos que exprimem carência, dependência e pobreza. Alerta-se, todavia, que mesmo nos primeiros, situações de carência, dependência e pobreza são visíveis, tanto no âmbito de municípios quanto no de porções intramunicipais.

Os primeiros foram caracterizados como espaços econômicos relevantes, tendo identificadas suas centralidades e as características principais de sua base produtiva. No contraponto, extensões contínuas de municípios revelam um aparente alheamento das dinâmicas principais, uma absoluta privação na atenção à população por serviços de saúde, saneamento, educação e moradia e condições de extrema pobreza, aqui denominados espaços socialmente críticos. Ademais, há muitos municípios assentados em substratos naturais pouco aptos ou inaptos ao aproveitamento econômico, sem apoio de tecnologia e manejo adequados.

Configuram, assim, distintos recortes espaciais. Entre os “espaços relevantes”, destaca-se uma espacialidade de máxima relevância, concentração e densidade, formada pela aglomeração metropolitana de Curitiba, pelo entorno de Ponta Grossa e por Paranaguá, denominada 1.º espaço relevante. Essa espacialidade participa de forma mais integrada, nacional e internacionalmente, na divisão social do trabalho, a partir do desempenho de um conjunto de atividades econômicas diversificadas, concentrando os principais constitutivos da sociedade paranaense, no que se refere ao poder econômico, político e ideológico.

Duas espacialidades com elevada relevância são identificadas no Norte Central e Oeste do Estado. As aglomerações de Londrina e Maringá polarizam o 2.º espaço relevante que, historicamente, sustenta uma matriz produtiva diversificada, que se assemelha à do 1.º espaço, mantendo, contudo, uma grande distância nos volumes de geração de riquezas, ativos institucionais, e na diversidade de opções produtivas, de comércio e de serviços. Outra distinção com relação àquele espaço é que as atividades agropecuárias ainda mantêm participação significativa no total da sua produção. Nessa espacialidade, ao mesmo tempo em que se constata uma unidade no desempenho de sua função na divisão social do trabalho, distinguem-se relações que irradiam de uma

condição de bipolaridade, impondo sub-recortes espaciais a partir de Londrina, num vetor para o Norte Pioneiro, e de Maringá, num vetor para o Noroeste.

A porção Oeste é considerada como o 3.º espaço relevante, tendo Cascavel como vértice de vetores de dinamismo para Foz do Iguaçu e para Marechal Cândido Rondon. Em grau de importância, essa espacialidade guarda menor distanciamento com o 2.º espaço do que este para com o 1.º espaço relevante, diferenciando-se nitidamente de ambos. Sua articulação à divisão social do trabalho se dá a partir de um número menor de atividades, ligadas, fundamentalmente, à produção agroindustrial, assim como aos serviços. Sua posição fronteira, cuja centralidade se manifesta fundamentalmente em Foz do Iguaçu, assegura-lhe o desempenho de funções importantes nas relações internacionais, comércio e turismo, elevando seu peso na geração de riquezas e estreitando vínculos do Paraná com os países do Mercosul.

Quatro recortes foram apontados como espacialidades de média relevância. O espaço especializado do Centro-Oriental, com nítidos vínculos nacionais e internacionais, em função da atividade papelaria, é composto por poucos municípios, porém em número crescente, dada a necessidade de expansão do uso da terra, mantendo presente a função do Paraná no desempenho de atividades que requerem a utilização de recursos naturais. A forte especialização e a natureza da atividade, com baixa capacidade de geração de emprego, renda e consumo, portanto, de indução de atividades de comércio e serviços, torna este recorte economicamente relevante circundado e até infiltrado por extensas áreas socialmente críticas. Seus vínculos externos resultam, assim, em relações verticalizadas, sem engendrar sinergias regionais.

Na porção Noroeste, englobando principalmente Umuarama, Paranavaí, Cianorte e outros municípios do entorno desses, destacam-se com menor relevância, porém exercendo papel central no desempenho de funções mais complexas e modernas em uma região que mantém base agropecuária. Nessas centralidades, começam a se consolidar atividades possivelmente irradiadas do 2.º espaço, seja pelos vínculos históricos do caminho da ocupação, seja pela própria expansão das atividades, num movimento do capital a partir do Norte Central, todavia num estágio relativamente mais atrasado. Apontam para a possibilidade de estarem constituindo articulações na própria região, sem perderem, ainda, a condição de expulsores de população, dando indícios de que as atividades desenvolvidas não conseguem absorver a força de trabalho existente, muito embora tenha apresentado taxas de crescimento anual do emprego formal, particularmente do emprego industrial, bem acima da média estadual.

A porção Sudoeste, articulando municípios que historicamente funcionaram como "portas de entrada" dos vetores de atividades oriundas dos estados do Sul, insere-se na divisão social do trabalho, pela entrada da força colonizadora do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mantendo a predominância da produção e transformação agropecuária. Esses municípios tentam ampliar sua integração nacional e internacional pela inovação e diferenciação de produtos e atividades do Setor Primário (vinhos, embutidos etc.), em função de seus reduzidos capitais. Poucas e novas indústrias surgem em busca de alternativas para inserção econômica nessa condição, colocando-se como tentativas locais de diversificação, porém sem manifestar, ainda, condições de aglutinar e otimizar excedentes mais expressivos, sofrendo as barreiras impostas pela própria estrutura.

Guarapuava (estendendo-se a Irati) e Campo Mourão constituem pontos economicamente relevantes centrados em porções do território que não manifestam condições similares. Funcionam como receptáculos da produção do entorno, o que, pela natureza, não permite impulsionar uma estrutura econômica e social horizontalizada. Em Guarapuava, a estrutura da terra em grandes propriedades, a presença de atividades com baixo potencial gerador de emprego – basicamente a soja, e, mais ao sul, o extrativismo – e incapazes de desencadear outras atividades, além do baixo potencial para o uso agrícola, contribuem para o baixo dinamismo regional. Os poucos excedentes que permanecem na região centram-se em Guarapuava, que se consolida como base de apoio e prestação de serviços, favorecida, também, pela localização privilegiada num dos mais importantes corredores viários do Estado. Campo Mourão tem como explicação da verticalidade das relações o fato de sediar a Coamo, colocando-se sob comando dessa importante unidade empresarial. Extrai significativo excedente de seu entorno, o que lhe assegura expressão econômica e política e lhe permite instrumentalizar sua estrutura de comércio e de serviços, estreitando seus vínculos externos, porém sem grandes desdobramentos regionais.

Espacialidades com mínima relevância são identificadas nos municípios de fronteira com o Estado de Santa Catarina, que têm a possibilidade da sinergia das relações fronteiriças manifestando-se nas pequenas aglomerações ou ocupações contínuas entre centros urbanos dos dois estados. Reproduzem, em parte, a história de ocupação do Centro-Sul paranaense, pautada no extrativismo; representam um vetor de entrada das atividades econômicas catarinenses; e recebem os efeitos da dinâmica econômica metropolitana, nesse caso facilitados pela infra-estrutura viária. São identificadas também no Norte Pioneiro, que conta uma história de apogeu e decadência ligados à economia cafeeira, que legou a possibilidade de consolidação de poucos mas importantes ativos institucionais. Essa porção do Paraná estabelece fortes vínculos com o Estado de São Paulo.

Outro conjunto de espaços relativamente homogêneos são os “socialmente críticos”, nos quais foram indexados os valores relativos de cada indicador social selecionados e salientados os 39 municípios, ou 10% do total de municípios do Paraná, em 2004, com as maiores proporções de pessoas ou domicílios em situação de maior carência ou deficiência. Foi somado o número de vezes que o município se posicionou entre esses 10% com piores indicadores em relação ao Estado e a somatória resultante apontou a escala daqueles em condições mais críticas no aspecto social.

Parte desses municípios encontra-se na faixa demarcada como Vale do Ribeira, em sua porção paranaense, que se estende em direção ao aglomerado metropolitano, histórica no que concerne a isolamento, pobreza e dependência. Os demais municípios, com elevada incidência entre os mais críticos, fazem parte de uma mancha contínua na porção central do Estado, que se alonga no sentido Norte Pioneiro/Centro-Sul, aproximando-se e contornando a porção sul de Cascavel, reunindo ainda um grande número de municípios com no mínimo uma ocorrência entre os 10% mais críticos do conjunto de indicadores analisados. Outras manchas contínuas menores margeiam as fronteiras com Santa Catarina e com São Paulo, porém não tão problemáticas quanto as anteriores, e alguns municípios pontuam individualmente outras porções do Paraná.

A porção central do Estado apresenta fatores socioculturais importantes, como a presença de reservas indígenas, quilombos, assentamentos rurais, além de uma estrutura fundiária secular, entre outros que certamente possuem papel contributivo na realidade atual. As restrições no uso do solo, bem como o modelo econômico extrativista (madeira/erva-mate), que remonta aos primórdios da exploração capitalista nessa região, são fatores determinantes. Acresce-se a isso o fato de a maioria desses municípios encontrar-se ilhada – ou seja, contornada – pelo principal sistema viário do Estado, sendo pouco recortada internamente por outras vias de transporte.

Observa-se que os municípios com as maiores incidências entre os mais críticos apresentam elevadas proporções de ocupação na agropecuária e no setor público. Em sua grande maioria são municípios rurais, localizados em áreas com menor potencial para uso agrícola da terra e de baixo crescimento populacional.

Alerta-se para o fato de que a leitura das proporções de privação e carência é insuficiente para mapear a situação de precariedade no Estado, já que a localização dos maiores volumes de pessoas pobres, desatendidas e dos domicílios carentes ocorre em municípios dinâmicos, porém sem capacidade de oferecer ocupação em níveis compatíveis à população residente.

Ao se considerar as relações econômicas, sociais e políticas, verifica-se que o Paraná se insere na dinâmica nacional e internacional, fundamentalmente, por meio dos três principais espaços, articulados pelo sistema rodoviário principal, quais sejam: o que se estende de Paranaguá a Ponta Grossa, polarizado pela aglomeração metropolitana de Curitiba (1.º espaço); o que se alonga no norte central, polarizado por Londrina e por Maringá (2.º espaço); e o que se projeta no oeste, a partir de Cascavel e adjacências, direcionando-se para Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon (3.º espaço). Ressalta-se o elevado desnível entre esses espaços, com nítida concentração no primeiro. Os demais espaços inserem-se desempenhando papéis mais especializados, enquanto outros permanecem relativamente à margem da dinâmica econômica e política do Estado. Nestes, há profundas dificuldades na geração de emprego e renda, além de sérias restrições na oferta de ocupações e na atenção às necessidades sociais da população, colocando-os na posição de espaços socialmente críticos. Dessa forma, é o grau de inserção ou exclusão na divisão social do trabalho que desenha os Vários Paranas.

Linhas de ação, para as dimensões econômica, social e institucional, com vistas a combater as desigualdades e explorar o potencial da diversidade paranaense, encontram-se em fase de aprofundamento de estudos. Agrupam-se nas estratégias de: (i) desconcentração, competitividade e mobilidade, que considera a desconcentração econômica e populacional, pelo reforço às atividades presentes nos espaços de mínima, média e elevada relevância econômica; modernização do sistema de circulação de pessoas, mercadorias e informações, com vistas à equiparação das condições de competitividade do Estado com outros mercados e à consolidação do direito à mobilidade e à informação; fortalecimento de uma rede ampliada de centros e de municípios periféricos nas aglomerações urbanas; (ii) inclusão social e econômica, com o fortalecimento das economias locais nas espacialidades socialmente críticas; distribuição dos frutos do desenvolvimento, por meio de políticas sociais abrangentes e territorialmente

diferenciadas, com vistas à inclusão social e à equidade; (iii) ativos técnico-científicos, visando à implementação e diversificação dos ativos tecnológicos com ênfase em investimentos em atividades de pesquisa avançada em biotecnologia e tecnologias produtivas alternativas, apropriando-se das possibilidades oferecidas pelo potencial agrícola e científico do Estado; (iv) desenvolvimento e gestão ambiental, priorizando a conservação ambiental com vistas à proteção da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais para a produção de energia; (v) gestão do desenvolvimento, na qual considera-se como premissa fundamental da Política Estadual de Desenvolvimento Regional que ela seja assumida pela sociedade paranaense, entendida como o conjunto de segmentos produtivos, políticos e sociais, com seus diversos interesses, conflitos, reivindicações, prioridades e recursos. Cabe ao Estado sua coordenação geral, instituindo, na esfera governamental, uma instância de acompanhamento da implementação da Política, que articule as políticas setoriais das diferentes esferas de governo e demais instituições públicas e privadas que atuam no território estadual.